

O FUNCIONÁRIO DE ESCOLA PÚBLICA NO PARANÁ: UMA ANÁLISE DO JORNAL SINDICAL 30 DE AGOSTO (2003-2008)

Everton Josimar de Oliveira
João Carlos da Silva

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a visão de funcionário de escola, expresso pelo Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná – APP/Sindicato, no Jornal Sindical 30 de Agosto, em edições publicadas entre os anos de 2003 e 2008. A leitura de um referencial crítico, como Monlevade (1995; 2014) e Rasia (1989), nos demonstrou a escola pública sendo composta por diferentes profissionais e a burocratização dos processos escolares interferindo no ensino e na aprendizagem. Consideramos que o Jornal 30 de Agosto defendeu o conceito de funcionário educador, mas priorizando questões como o reconhecimento salarial e a criação de um plano de carreiras.

Palavras-chave: Funcionários, história da educação, luta sindical.

The public Parana school staff: an analysis of the Jornal Sindical 30 de Agosto (2003-2008)

Abstract: The objective of this article is to analyze the vision of a school staff, expressed by the Union of workers in public education of Paraná - APP / Sindicato, in the Jornal Sindical 30 de Agosto, in editions published between the years 2003 and 2008. Reading a critical reference, such as Monlevade (1995; 2014) and Rasia (1989), showed us the public school being composed of different professionals and the bureaucratization of school processes interfering in teaching and learning. We believe that newspaper 30 de Agosto defended the concept of staff as educator, but prioritizing issues such as salary recognition and the creation of a career plan.

Keywords: Staff, history of education, union struggle.

El funcionario de escuela pública en Paraná: un análisis del Jornal Sindical 30 de Agosto (2003-2008)

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar la visión de funcionario de escuela, expresado por el Sindicato de los trabajadores en educación pública de Paraná - APP / Sindicato, en el Jornal Sindical 30 de agosto, en ediciones publicadas entre los años 2003 y 2008. La lectura de un referencial crítico, como el Monlevade (1995; 2014) y Rasia (1989), nos demostró la escuela pública compuesta por diferentes profesionales y la burocratización de los procesos escolares interfiriendo en la enseñanza y el aprendizaje. Consideramos que el periodico 30 de Agosto defendió el concepto de funcionario educador, pero priorizando cuestiones como el reconocimiento salarial y la creación de un plan de carreras.

Palabras clave: Funcionario, historia de la educación, lucha sindical.

Introdução

A escola pública brasileira, em sua organização atual, assim como a legislação escolar (LDB 9394/96) reconhecem a existência de diferentes profissionais no ambiente escolar. Na rede estadual de ensino do Paraná, por exemplo, no ano de 2016, a equipe escolar de acordo com a Resolução n. 4.534/201, SEED/PR, era composta por: Diretor, vice-diretor (es), pedagogo (os), professores, agente (es) educacional (ais) I e agente (es) educacional (ais) II.

O objetivo deste artigo é analisar a visão de funcionário de escola expresso pelo Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná – APP/Sindicato no Jornal Sindical 30 de Agosto, em edições publicadas entre os anos de 2003 e 2008. Partimos do pressuposto de que o sindicato, ao longo deste período defendeu a bandeira do funcionário de escola como um educador. Discutiremos, para tanto, este entendimento ampliado da palavra educador e as ações sindicais em

prol deste reconhecimento, principalmente, o expresso em seu principal veículo de comunicação, o Jornal Sindical 30 de Agosto.

O recorte temporal entre os anos de 2003 e 2008 levou em conta que estes foram os mais intensos na luta para a aprovação de um plano de carreiras para os funcionários das escolas estaduais e que resultou na criação de um Plano de Cargos e salários composto por agente educacional I e agente educacional II. O Agente Educacional I pode exercer as atividades de limpeza, preparo da alimentação escolar, cuidado e inspeção de pátio e auxiliar em serviços administrativos. O Agente Educacional II, normalmente, exerce as funções de secretário, auxiliar de secretaria, agente de leitura (auxiliar de biblioteca), auxiliar de laboratório de ciências e de informática.

O funcionário como educador

Os trabalhadores em educação, nomeados de maneira abrangente como funcionários, são reconhecidos pela legislação como uma das categorias a serem consideradas como profissionais da educação básica escolar. Estes integram a escola pública atual, desenvolvendo funções que a princípio não teriam relação direta com o processo de ensino aprendizagem.

O trabalho realizado na escola, muito embora, tenha surgido a partir da relação entre ensino e aprendizagem, proporcionou o desenvolvimento de outras atividades.

Isto é, a criação de novas funções, no interior da escola corresponde em certa medida à criação de novas funções no interior da organização do trabalho na esfera do modo de produção capitalista, por um lado. Por outro, corresponde também a complexificação da ciência enquanto atividade produtiva. A escola vai se tornando uma organização complexa, burocratizada, em “resposta” ao desdobramento das contradições da sociedade capitalista, que criam mecanismos de adequação e de submissão do trabalhador cada vez mais eficazes e que procuram na medida do possível dinamizar mecanismos já existentes (RASIA, 1989, p. 20-21).

Considerando esta multiplicidade de trabalhadores no interior da escola, surgiu no início da década de 1990 a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), com o intuito de ser uma organização que congregasse professores, pedagogos e funcionários em uma única representação sindical em nível nacional, vinculando-se ao princípio defendido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), de organização sindical por ramo de atividade. Daí se estabeleceu uma grande questão: qual identificação utilizar para contemplar os vários profissionais (professores, pedagogos, especialistas e trabalhadores em educação) que são representados por esta confederação:

A transformação da CPB (Confederação de Professores do Brasil) em CNTE, em 1989, representou um passo fundamental para o fortalecimento da ação sindical de todos(as) os(as) trabalhadores(as) em educação: professores, especialistas e funcionários de escolas. Porém, a unificação não teve somente esse símbolo. O aprofundamento da consciência de classe foi determinante para a ampliação da atuação da CNTE na defesa de direitos sociais da população brasileira. O outro aspecto importante foi a afirmação de um conceito de escola em que todos os sujeitos interagem para assegurar o direito à educação de qualidade (VIEIRA, 2007, p. 7).

A luta sindical optou por definir todos os que trabalham nas escolas como “educadores”, na busca por uma identidade profissional única e partindo do conceito de que a escola é o ambiente em que as novas gerações são encaminhadas para aprenderem os conhecimentos historicamente sistematizados.

De acordo com o dicionário Michaelis (2016), educador é adjetivo e substantivo masculino da palavra educar. É aquele que educa. Educar é “Ministrar educação”, “Formar a inteligência, o coração e o espírito de”, “Doutrinar, instruir”, “Cultivar a inteligência”. O significado de educar expressa que é uma construção coletiva, que perpassa vários momentos da vida humana.

O educador, apresentado como sinônimo de “professor” e “mestre”, pode estar presente em momentos distintos da formação de um sujeito e não necessitando, necessariamente, de uma sala de aula.

Noronha, ao apresentar a caracterização do trabalho do coletivo escolar, bem como a importância do trabalho não docente para o sucesso na implementação do projeto político-pedagógico, afirmou:

Todos os espaços da escola são também espaços educativos e o processo de aprendizagem também se complementa fora da sala de aula, onde o professor desenvolve um papel único e insubstituível. É preciso reconhecer que a educação é um processo coletivo, e que nos demais ambientes escolares ocorrem contínuos momentos de interação entre os profissionais não docentes e os estudantes, sendo que aqueles contribuem de forma peculiar e diferenciada para o processo de ensino-aprendizagem e para a formação integral dos alunos (NORONHA, 2009, p. 365).

Um dos primeiros trabalhos a propor uma visão sobre o funcionário enquanto educador foi o livro “Funcionários das Escolas Públicas: Educadores Profissionais ou servidores Descartáveis?”, de João Antônio de Cabral Monlevade, lançado em 1995 num encontro de funcionários da educação básica pública e organizado pela CNTE.

Abicalil, no prefácio da segunda edição esclareceu que:

Prefaciando a segunda edição da consolidação de um sonho não é tarefa fácil. Sobretudo quando o conteúdo do sonho constitui da incessante busca de identidade forjada na luta superadora da negação. Funcionários da Educação: Educadores Profissionais ou Servidores Descartáveis? Uma vez mais o drama, o trama, o desafio: superar o pré-conceito sobre tantos trabalhadores e tantas trabalhadoras cuja identidade ficou opaca, sequestrada na generalidade redutora do tempo “não-docente” (ABICALIL, 1995, p. 7).

O livro disserta sobre a história dos funcionários nas escolas brasileiras, demonstrando que desde a implantação de modelos de ensino formal no país sempre houve a presença de outros trabalhadores, ou nas palavras do autor, outros atores nas instituições de ensino:

A escola, não é um campo neutro de aplicação de habilidades profissionais. Cada um dos atores no processo escolar, tanto os que estão em contato direto com os estudantes, em sala de aula, nos recreios, nas cantinas, nos corredores e nos portões, como os que manipulam o registro do planejamento, da execução e da avaliação na secretaria escolar devem estar comprometidos com os objetivos educacionais e integrados numa ação coletiva, que é a ação de educar, diferenciada em cada nível de ensino, mas sempre caracterizada como educação escolar (MONLEVADE, 1995, p. 39).

Essa mesma publicação apresentou, ainda, as iniciativas em prol da organização da categoria e a busca por sua profissionalização, e sugeriu as primeiras propostas da organização de cursos técnicos específicos para atividades correlatas ao ensino e aprendizagem, que serviriam de base para a formulação dos cursos do Programa de Formação Inicial em Serviços dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público, Profucionário.

Ressaltamos, entretanto, que o reconhecimento do funcionário enquanto educador esbarrou em dificuldades que geraram conflitos inclusive com os demais profissionais da educação.

De acordo com as publicações da CNTE, o grau de escolaridade dos servidores era uma das principais dificuldades no final da década de 1990 e início de 2000. Como considerar educador sujeitos que, muitas vezes, não concluíram o ensino fundamental? A pergunta norteou a preocupação da CNTE em estabelecer entre suas prioridades a busca pela profissionalização, ou seja, além do reconhecimento legal e institucional da profissão, era necessário, que fossem estabelecidas outras condições como salários dignos, carreiras, escolarização, formação continuada e condições de trabalho (NORONHA, 2009, p. 327).

Os aspectos legais representaram outro entrave, já que nessa época não havia legislação que reconhecesse esses trabalhadores como profissionais da educação. Situação que não mudou com a aprovação da LDB em 1996. Por volta da metade da década de 2000 é que começaram a ocorrer mudanças legais que alteraram substancialmente o entendimento acerca de qual categoria profissional se enquadrava os funcionários das escolas, que resultaram na aprovação da Lei 12.014/2009, que alterou a redação do artigo 61 da LDB.

A CNTE admitiu que esse debate nacional só foi possível diante da presença de pessoas vinculadas à luta sindical no Ministério da Educação, como podemos extrair do seguinte trecho do Jornal Mural CNTE Notícias:

O reconhecimento, por parte do MEC, dos funcionários de escolas como educadores e, portanto, mercedores de políticas públicas voltadas para sua formação inicial e continuada foi uma vitória da CNTE. Essa reivindicação ganhou, agora, mais visibilidade uma vez que o seminário sobre o assunto, realizado pelo MEC, teve a presença de gestores públicos, através de representantes do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Temos a convicção de que a iniciativa se deve, fundamentalmente, à histórica mobilização da CNTE. Evidentemente que a presença, hoje, no Ministério, de militantes da Confederação também foi um fator importante para essa mudança, uma vez que são pessoas que têm muito a oferecer à educação pública por conta de sua experiência profissional, em sala de aula, e de sua militância sindical, o que lhes permitem assumir o papel de interlocutores de um debate muito e há muito aprofundado (CNTE, 2004, p. 1).

Tendo por base esta discussão em nível nacional, a APP-Sindicato, propôs no estado do Paraná, a criação de um plano de carreiras para os funcionários de escola, que passariam a ser reconhecidos como agentes educacionais. Neste sentido, examinamos a atuação do sindicato, embasados no Jornal Sindical 30 de Agosto.

Os funcionários a partir do Jornal Sindical 30 de Agosto (2003-2008)

A APP, em sua atuação sindical, optou por modelos distintos, mas complementares, para expor seus objetivos à sociedade e ao governo. Ao longo dessa trajetória foram produzidas campanhas sindicais, com temáticas que se preocupavam, principalmente, com o reconhecimento do funcionário enquanto um profissional da educação.

Em outra frente, anualmente, foram produzidas pautas de reivindicações que intentavam tanto questões pontuais (salários, gratificações, benefícios), quanto objetivos que foram debatidos durante anos (planos de carreira, concursos, profissionalização).

Optamos por uma organização cronológica, mas é importante ressaltar que estas lutas, muitas vezes, ocorreram de forma simultânea ou permanente. Assim, aprofundamos nas principais campanhas sindicais e nas reivindicações apresentadas, com maior ênfase no período entre 2003 a 2008.

A criação de um plano de carreiras para os profissionais da Educação Básica era uma reivindicação da APP-Sindicato desde a década de 1990. No final dessa década, apresentou-se à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP), o Projeto de Lei 281/1998 que tinha o objetivo de implantar um plano de cargos, carreira e salários para os profissionais de educação. Este contemplaria as carreiras de professor, pedagogo e também os funcionários e foi arquivado no final do mesmo ano com a justificativa de que tinha sido apresentado em legislatura anterior. Sendo reapresentado em 1999 como o PL 297/1999, teve o mesmo fim no ano de 2002.

Uma preocupação constante do sindicato, nesse período, a aprovação de um plano de carreira único para professores e funcionários se juntava a luta contra a defasagem dos salários e a melhoria nas condições de trabalho.

Essa preocupação ficou evidenciada na edição n. 98, de março de 2003, do Jornal 30 de Agosto:

A campanha salarial é a principal bandeira da APP – Sindicato em 2003. Dois fatores justificam a tarefa: 1) os educadores públicos estaduais não tiveram qualquer correção nos salários a partir de agosto de 1995; 2) na campanha eleitoral o governo Requião assumiu o compromisso com a APP-Sindicato de discutir a questão salarial do pessoal da educação (APP, 2003a, p. 3).

Além da questão salarial, o sindicato estabeleceu uma pauta de reivindicações que almejava a: “Aprovação e implementação do Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS), construído pelos Trabalhadores em Educação, que está em tramitação há cinco anos na Assembleia Legislativa” (APP, 2003b, p. 3); concurso público para os funcionários de escola; implementação de projeto de profissionalização de funcionários; fim das iniciativas para a terceirização dos funcionários de escolas.

O sindicato chegou a informar que haveria um concurso público para funcionário de escola no final daquele ano, o que não se concretizou. Por outro lado, demonstrava atenção com a situação dos

funcionários regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e contratado pela empresa paraestatal PARANAEDUCAÇÃO – PEAD:

A APP-Sindicato entende que a realização do concurso no final do ano dará tempo para que todos os funcionários contratados pelo regime CLT e Paranaeducação se preparem de forma adequada para as provas. Ao agendar o concurso para o final do ano, o Governo do Estado cumpre com seus compromissos defendidos durante a campanha eleitoral, entre os quais o fim de privatizações do Estado: isto contempla nosso antigo objetivo: não trabalhar com contrato precário ou terceirizado (APP, 2003b, p. 6).

Nessa época o sindicato noticiava um projeto de Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) para professores e funcionários, que estava parado havia mais de cinco anos na ALEP:

No Paraná, a APP-Sindicato tomou a frente e partiu para elaborar junto com a categoria um projeto de PCCS que coloca todo o pessoal da Educação num quadro só. No dia 17 de junho de 1998, a APP entregou a proposta em solenidade na Assembléia Legislativa. Como a intenção do governo Lerner era terceirizar a contratação de profissionais, por meio da Paranaeducação, o governo anterior agiu contra o PCCS proposto pela categoria. O governo Requião prometeu recolocar o tema em debate (APP, 2003c, p. 3).

Em 2003 o governo instaurou uma comissão, por meio da Resolução 42/2003, formada por representantes do sindicato e da Secretaria de Estado da Educação (SEED), para que fossem retomadas as discussões sobre os PCCS (APP, 2003d).

A APP em seminário realizado no dia 30 de agosto de 2003 apresentou e atualizou sua proposta de PCCS e aguardava retorno do governo. Reconhecia-se à época que umas das principais divergências entre o sindicato e o governo era o plano unificado. O sindicato buscava um plano único, no qual fossem enquadrados professores, pedagogos e funcionários, já o governo relutava no reenquadramento dos funcionários e desejava mantê-los no Quadro Próprio do Poder Executivo–(QPPE).

De fato, em 15 de março de 2004 foi sancionada a Lei Complementar n. 103, que instituiu e dispôs sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, que beneficiou apenas professores e pedagogos que passaram a compor o Quadro Próprio do Magistério (QPM).

Diante da resistência do executivo em aprovar o plano de carreira para os funcionários, foi lançada a campanha com o tema “Sou Funcionário (a): Eu também Educo. Não abro mão da minha carreira”.

Em junho de 2004, foi realizado o II Encontro Estadual dos funcionários da Educação. De acordo com a APP:

O dia 4 de junho de 2004 está marcado na história de lutas dos funcionários da Educação. Nesta data foi realizado na Sociedade Thalia, em Curitiba, o II Encontro Estadual de Funcionários da Educação. Mais de 2 mil pessoas participaram dos debates sobre o Plano de Carreira. Foi um evento muito importante, pois uniu forças para nossa luta por carreira e vencimentos (APP, 2004a, p. 3).

Com base nesse evento, em agosto, foi publicada uma edição especial do Jornal 30 de Agosto, voltada inteiramente para os funcionários. Nela foi apresentada uma nova proposta de plano de carreiras com definição de cargos e salários.

A APP passou a defender que somente fosse realizado um novo concurso após a aprovação de um plano de carreira para os funcionários, pois entendia que se utilizassem as regras do QPPE, devido à baixa escolaridade dos servidores na época, milhares deles ficariam sem emprego, pois não atenderiam aos critérios mínimos de escolaridade para assumirem os cargos. Na época, fazia-se o cálculo de que aproximadamente sete mil funcionários não haviam concluído o Ensino Fundamental e assim, não poderiam participar do concurso.

Apresentou uma pauta de reivindicações específicas para os funcionários, que seriam cobradas nas mobilizações a serem realizadas no dia 30 de agosto daquele ano:

- Aprovação do Plano de Carreira dos Funcionários da Educação. - Que não seja realizado concurso agora, mas só depois de aprovado o plano. - Reposição das perdas salariais, que precisam ser corrigidos como o novo plano de carreira. [...]
- Aprovação de lei que regulamente os contratos temporários (APP, 2004a, p. 5).

Em relação aos funcionários, a luta pela aprovação do plano de carreiras e pela realização de concurso público eram as mais evidentes. De acordo com a entidade, ocorreram avanços importantes como a formação de uma comissão para a discussão do plano com a participação do executivo:

A diretoria da APP-Sindicato participou de audiência com o Governo, dia 16 de setembro, na Secretaria de Administração, para debater o Plano de Carreira dos Funcionários de Escolas. Esteve presente a presidente da CNTE, professora Juçara Dutra Vieira. Pela primeira vez, equipes das Secretarias de Educação e da Administração estiveram juntas para análise e discussão do Plano de Carreira dos Funcionários. Os debates foram preliminares e versaram sobre a disposição política do governo em discutir o plano (APP, 2004b, p. 4).

Para o sindicato, em 2004 a organização dos funcionários deu um salto de qualidade, com maior presença nos eventos e mobilizações promovidas pela entidade. Apesar disso, expressava a preocupação com a morosidade na discussão do Plano de Carreira e as condições para a realização do concurso, que seria realizado no próximo ano.

No final daquele ano, a APP interessou-se, para que o governo do Estado participasse do Programa de Valorização dos Funcionários da Educação, que depois viria a ser chamado de Profuncionário. O governo federal buscava estados parceiros para testar o programa.

Em 2005 iniciou a seguinte pauta em relação aos funcionários: - Aprovação do Plano de Carreira dos Funcionários; - Concurso Público para Funcionários; - Auxílio Transporte para funcionários (APP, 2005a, p. 7). A entidade realizou várias atividades em prol da aprovação do Plano de Carreira, entre elas, a direção da APP conseguiu o auxílio de autoridades de diversos municípios, principalmente de câmaras de vereadores, que aprovaram moções de apoio ao projeto.

Entre os dias 22 e 27 de abril do mesmo ano, foi realizada a “Marcha pelo Plano de Carreira dos Funcionários de Escola Pública”, em um percurso de aproximadamente 120 quilômetros, que iniciou na Praça Barão do Rio Branco, no centro de Ponta Grossa e terminou na praça do Palácio Iguçu em Curitiba:

A mobilização de 27 de abril foi colorida e alegre, apesar da fria garoa que cobriu Curitiba naquela manhã. Mais de 5 mil professores e funcionários de escolas estaduais participaram da passeata para defender e promover a educação pública de qualidade. As principais reivindicações do movimento do Paraná são a implantação do Plano de Carreira dos Funcionários e a correção salarial dos professores (APP, 2005a, p. 4).

Essa manifestação tinha por objetivo divulgar para a sociedade a necessidade de profissionalização e valorização da categoria. Nesse mesmo ato foram entregues cerca de 10 mil cartões postais ao Chefe da Casa Civil com mensagens de apoio ao projeto.

Nesse mesmo período, o governo anunciou a realização de concurso para contratação de agentes de execução para trabalharem nas escolas em funções administrativas. Com esta confirmação muitos núcleos sindicais em parceria com universidades e professores, viabilizaram a formação de cursos de formação e grupos de estudos voltados aos funcionários:

O governo convocou pelo Edital Nº 69, concurso para funcionários administrativos. O concurso para funcionários de serviços gerais ainda está sem data. Mesmo assim, todos devem intensificar seus estudos para fazer um bom concurso. [...] Nas reuniões de negociação com o governo para tratar do concurso, a direção da APP-Sindicato defendeu as propostas que os funcionários de escolas formularam em encontros realizados em 2004. Algumas delas foram acatadas pelo governo, outras não. Uma das principais reivindicações atendidas foi a garantia de pontuação para tempo de trabalho na função na prova de títulos. A direção sindical também defendeu que a prova de conhecimentos fosse apenas classificatória. O governo, no entanto, insistiu num número mínimo de questões para os candidatos acertarem (APP, 2005b, p. 8).

Apesar do posicionamento da APP favorável à realização do concurso, era grande o descontentamento com os critérios utilizados para a classificação e o nível de dificuldade da prova de conhecimentos gerais e específicos. O sindicato, em análise feita juntamente com professores da UFPR, considerou a prova como de redação “complexa”, “extensa”, “exaustiva” e “cansativa”.

A APP demonstrou preocupação com a condição dos técnicos administrativos que não foram aprovados no concurso realizado naquele ano, alegando que durante os vários anos de atuação não ocorreu incentivo à formação ou a continuidade dos estudos:

A APP reivindica que os funcionários não aprovados no concurso público para o administrativo não sejam demitidos. Estes não podem ser penalizados por uma falta de planejamento do Estado. Afinal, foram aproximadamente 20 anos sem concurso público para este segmento. Muitos funcionários, inclusive já estão próximos da aposentadoria. Dedicaram parte significativa de suas vidas à educação pública. A não demissão é possível e necessária, visto que o número de vagas do concurso não supre a demanda existente e, além do mais, serão necessários mais funcionários com o aumento do porte das escolas (APP, 2005c, p. 4).

Em outubro de 2005, foi lançada a campanha estadual pela valorização dos trabalhadores em educação que tinha como lema “Educar é nobre! Não é missão, é profissão!”, esta propagava que “valorização se faz com melhores salários e condições de trabalho” (APP, 2005c, p. 1).

Outra situação que incomodava o sindicato era a aprovação do Plano de Carreiras para os funcionários que havia sido elaborado pela comissão constituída, em 2004, e que foi entregue ao executivo, mas sem continuidade em sua tramitação:

Desde que concluíram as negociações com a comissão formada pela Secretaria de Educação, os funcionários de escolas aguardam o governo enviar proposta de Plano de Carreira à Assembléia Legislativa, para aprovação. Isto já dura mais de meio ano e o projeto continua na gaveta (APP, 2005d, p. 3).

O governo anunciou que no ano seguinte seria realizado concurso para agente de apoio. Em contrapartida houveram demissões de funcionários contratado em Regime Especial Administrativo – (READ), CLT e PEAD em dezembro de 2005 e muitas escolas ficaram sem funcionários administrativos, durante todo o mês de janeiro de 2006 pois, os funcionários concursados só foram empossados no final desse mês:

Tudo isto porque o governo decidiu realizar as demissões em dezembro pra economizar com os salários de janeiro, e também com o não pagamento de verbas rescisórias para celetistas. A direção da APP-Sindicato defendeu a manutenção dos contratos até a posse dos concursados, até porque muitos apenas mudariam o regime de trabalho (APP, 2005a, p. 6).

Entre as reivindicações para 2006 estavam a aprovação do Plano de Carreiras para os funcionários, a realização do concurso para agente de apoio, a reposição salarial, a regularização do vale transporte dos funcionários e a preocupação com a saúde dos educadores.

Em relação ao concurso para os serviços gerais, a APP queria regras diferentes daquelas utilizadas no concurso para agente de execução. Desta forma, pretendiam uma prova apenas classificatória, contagem do tempo de serviço e mudanças na forma como ocorrera a prova de títulos. Desta vez, a APP conseguiu a garantia de que os CLT e PARANAEDUCAÇÃO não fossem demitidos.

Com grande defasagem salarial, o sindicato lançou a campanha “Quanto vale o trabalho de um(a) educador(a)? Basta de Discriminação”, que pretendia para os funcionários, a incorporação dos abonos e mais reajuste salarial de 48%. Estes reajustes foram alcançados a partir do mês de junho, entretanto, só contemplaram os servidores efetivos. A APP-Sindicato cobrava do governo reajuste salarial para os funcionários celetistas. “De forma estranha, o reajuste para os estatutários não foi estendido para os celetistas” (APP, 2006c, p. 3).

No que diz respeito à formação profissional, naquele ano começaram as primeiras turmas do Profucionário, lançado no Paraná em 26 de outubro de 2005:

Existe um projeto piloto sendo implantado em cinco estados brasileiros, conhecido como Profucionário. Devido à atuação da Secretaria de Funcionários da APP-Sindicato e da CNTE junto ao MEC, o Paraná foi incluído no projeto. No Paraná, o Profucionário conta com 33 turmas que abrange cerca de 1 mil servidores nas áreas de gestão escolar, alimentação e multi-meios didáticos e manutenção de infraestrutura escolar (APP, 2006a, p. 9).

A preocupação com a aprovação do Plano de Carreiras para os funcionários é uma constante na produção sindical e em suas proposições de mobilização, como é possível verificar na “carta aberta” dirigida a pais, mães e responsáveis, na qual se justifica as mobilizações que ocorreriam no mês de março de 2006:

Para os funcionários de escolas, queremos que o governo encaminhe o Plano de Carreira para a aprovação da Assembléia Legislativa. Este plano propicia, entre outras coisas, ascensão profissional e formação continuada para este segmento que também é de educadores. Os funcionários sabem que têm responsabilidade na educação das nossas crianças e jovens. Como exemplo, uma inspetora de alunos deve ser bem preparada para interferir com qualidade junto aos estudantes. A maneira como ela se posiciona num conflito pode servir de aprendizado de vida. Portanto, ela participa do processo educativo e merece uma carreira profissional digna (APP, 2006b, p. 1).

Diante da negativa do executivo em mandar o projeto para a ALEP, a APP conseguiu que o então Deputado André Vargas apresentasse o projeto de Lei Complementar n. 150/2006, que chegou a ser aprovado, e vetado pelo governador sob a alegação daquela matéria ser de proposição exclusiva do executivo.

Para a APP:

Não pegaram de surpresa a categoria os vetos do governador Requião aos projetos de lei 149/06 e 150/06. Todos temos ciência de que esta foi apenas uma etapa da luta, que será mantida até conquistarmos nossas reivindicações. A luta pela aprovação dos projetos na Assembléia Legislativa, que ocorreu em 28 de junho, colocou nossas bandeiras em pauta e aglutinou forças. A aprovação dos projetos foi possível graças a mobilização. Os deputados receberam e-mails, cartas e abaixo-assinados de todo o Estado. Depois da manifestação de 20 de junho, a categoria permaneceu atenta acompanhando a movimentação no legislativo (APP, 2006c, p. 5).

Em dezembro de 2006, o governo assumiu o compromisso de retomar a negociação sobre a implementação do Plano de Carreira. Além disso, iniciou o chamamento e a posse dos agentes de apoio recém-concursados em 2007. O sindicato lutava pela ampliação de vagas ofertadas no concurso.

No início de 2007, a APP apresentou as propostas encampadas na Conferência Estadual realizada no ano anterior, para o novo mandato do então reeleito governador Requião. Estas estavam relacionadas às condições dos trabalhadores com foco nos salários, condições de trabalho e infraestrutura das escolas, carreira e saúde (APP, 2007a).

A entidade considerava aquele um momento importante para a afirmação profissional e construção da identidade do funcionário ao destacar que:

Estamos vivendo um momento especial para este segmento profissional, que tem se afirmado e conquistado o reconhecimento social de sua atividade educativa, como trabalhadores indispensáveis no cotidiano educacional. Nos dias atuais, os funcionários estão ganhando força e visibilidade, sobretudo nas suas lutas pela profissionalização e pela valorização profissional (APP, 2007a, p. 6).

A busca pela aprovação do Plano de Carreira continuava sendo a principal meta em relação aos funcionários. De acordo com o sindicato havia o compromisso das secretarias da educação e da administração em retomar o debate sobre a temática. O que ocorreu em setembro, mediante a publicação da Resolução da SEED, n. 3966 de 19 de setembro de 2007, que constituiu uma comissão formada por membros da APP e do Governo para a elaboração do plano.

A APP, ressaltava que:

Em todo o país cresce o apelo para a regulamentação, valorização da carreira e para a profissionalização dos funcionários de escolas. Para consolidação desta, é fundamental a aprovação de Planos de Carreira para os funcionários de Escola. Aqui no Paraná, estivemos muito próximos de concretizar esta reivindicação histórica de nossa categoria. Desde 1996, a APP luta pela Carreira dos Funcionários. Várias atividades, mobilizações foram feitas para isto. Em 2006, chegamos à uma proposta de consenso com o governo. Na hora de encaminhá-la para a Assembléia Legislativa, o governo recuou. Mesmo assim, a categoria definiu apresentar o Projeto ao parlamento (projeto de Lei 150/2006). Este foi aprovado pelos deputados e vetado pelo governador. Na sequência, apesar da Mobilização da APP, o veto foi mantido pelos parlamentares. Na Mobilização do dia 30 de Agosto, o governo retoma o debate com o sindicato sobre o tema. Uma comissão formada pelo sindicato e pelo governo foi designada para reformatar a proposta de plano. Vamos ficar atentos e mobilizados para concretizar este sonho da categoria (APP, 2007c, p. 4).

O sindicato participava da luta nacional pela profissionalização dos funcionários de escola, mediante o reconhecimento destes, enquanto categoria profissional vinculada à educação.

No meio do ano ocorreu a posse dos primeiros aprovados para o concurso de agente de apoio. O sindicato acompanhava de perto os procedimentos para a nomeação:

No dia 18 de junho deste ano, o governo do Estado publicou o Decreto 985/07 dando posse a candidatos aprovados no concurso público para agente de apoio realizado em outubro de 2006. Foram convocados para nomeação parte dos aprovados dentro do número de vagas estabelecidas pelo edital 128, de 22 de agosto de 2006 que convocou o concurso público. O edital previu 3282 vagas para todo o estado do Paraná. No entanto, em virtude de questionamento judicial por um dos aprovados, até o momento foram nomeados aproximadamente dois mil aprovados. Assim que se resolver a pendência judicial, o governo irá convocar os outros candidatos e candidatas aprovadas dentro do número de vagas. A APP-Sindicato está acompanhado junto ao governo todo o processo de nomeação dos funcionários. A direção sindical reivindica que as vagas previstas no Edital 128/06 sejam ampliadas, o mais rápido possível, visto que muitos funcionários foram aprovados no concurso fora do número de vagas. Isto poderá acontecer assim que o governo dê posse aos 3.282 primeiros candidatos aprovados (APP, 2007b, p. 4).

A APP solicitava o aumento das vagas ofertadas para a contratação de agentes de apoio e de execução, pois considerava que o número era insuficiente para o atendimento das escolas.

Em 19 de Dezembro de 2007, aconteceu a solenidade de formatura das primeiras turmas do Profucionário, realizada no Centro de Convenções de Curitiba. Contando com a presença de autoridades do governo estadual como o então secretário da Educação Maurício Requião, o vice-governador Orlando Pessuti e o Governador Roberto Requião, além de representantes do sindicato:

Numa solenidade marcada pela emoção, 1.023 funcionários de escolas da rede estadual de ensino do Paraná foram diplomados. O evento ocorreu no último dia 19, no Centro de Convenções de Curitiba. Além do diploma, os formandos receberam outro motivo para comemorar: o governador do Estado, Roberto Requião, anunciou na cerimônia que a categoria terá um Plano de Carreira no próximo ano. Ele também afirmou que o prazo para a concretização de uma proposta é de seis meses (APP, 2007d, p. 4).

Durante a cerimônia o governador Requião, fez o seguinte anúncio: “Hoje começa um estudo sério para delinear um plano de cargos e salários, que incorpore a qualificação, a construção

intelectual de cada um, no sentido da melhoria da qualidade do ensino” (APP, 2007c). Com a promessa de que em seis meses seria apresentado o projeto, aproveitando-se das discussões realizadas pela comissão constituída em setembro, que a essa altura já estava com os trabalhos adiantados.

A aprovação do Plano de Carreiras continuava como um dos “Desafios para 2008” de acordo com a edição pedagógica publicada no início daquele ano. Entretanto, concomitantemente na campanha salarial, havia a preocupação com a melhoria salarial, a ampliação de vagas para os concursos realizados em 2005 e 2006 e a expansão do Profucionário:

A campanha salarial 2008 não para por aí. A conquista do Plano de Carreira para os funcionários é uma tarefa e um objetivo histórico para cada professor(a) e para cada funcionário(a). A concretização desta reivindicação, aliada a ampliação da formação continuada trará contribuições enormes para tornar uma realidade nosso lema “Funcionário também educa!” Aos poucos estamos levando a todo país uma experiência concreta de unificação no mesmo local de trabalho (APP, 2008a, p. 2).

A proposta de Plano de Carreiras para os funcionários foi entregue pela comissão, em 30 de maio para o secretário Maurício Requião, pelo diretor geral Ricardo Bezerra (APP, 2008c). Em 13 de junho o secretário de educação reafirmou o compromisso com a categoria de que o plano seria enviado à assembleia legislativa, mediante o Ofício n. 1.732 da Secretaria de Estado da Educação. O plano foi enviado à ALEP no fim de agosto e tramitou rapidamente, sendo aprovado ainda naquele mês:

O dia 26 de agosto de 2008 entrou, definitivamente, para a história dos educadores paranaenses. Após uma década de luta sem trégua da categoria, a Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) finalmente aprovou, por unanimidade e sem emendas, o projeto de lei que criou o Plano de Carreira e Vencimentos dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná (APP, 2008b, p. 1).

O sindicato falava em “Um sonho que virou realidade”, anunciou que no dia 09 de setembro foi sancionada e publicada a lei complementar n. 123. Neste mês foi lançada a edição nº 136, um especial dedicado aos funcionários de escola, com a palavra “Vitória!” como destaque.

Ainda em clima de comemoração, a edição n. 137 trazia a capa com a manchete “Conquista!”, apontando que fora alcançado reajuste para professores e o plano de carreiras dos funcionários.

De acordo com a publicação:

Depois de um intenso calendário de mobilizações e de negociações entre sindicato e governo, a categoria deu mais passo importante em direção à valorização de suas carreiras e da escola pública do Paraná. Foram sancionados pelo governador Roberto Requião os projetos de reajuste de 10% para os professores e do Plano de Carreira para os funcionários de escolas. A aprovação dos dois projetos atende parte das reivindicações da campanha salarial 2008 da APP-Sindicato. Outros pontos como a implantação do cargo de 40 horas e a aposentadoria especial para diretores e pedagogos continuam a ser negociados. A APP-Sindicato acompanhou a sanção dos Projetos, que ocorreu na terça-feira, dia 9 de setembro, no Palácio das Araucárias, durante a Escolinha de Governo (APP, 2008c, p. 3).

Naquele momento, a APP avaliava que as mobilizações da categoria trouxeram conquistas. Para além da aprovação do plano de carreira, apontava entre elas a recuperação real de salários.

Nessa edição havia uma página inteira dedicada ao plano de carreiras e os benefícios para àqueles que aderissem ao novo quadro, além de expor a comemoração dos servidores.

Além dos benefícios financeiros, a APP considerava que o novo plano reforçava a identidade do funcionário enquanto educador, pois estimulava e reconhecia a formação dos trabalhadores, mediante sua profissionalização:

Desde a década de 90, a APP-Sindicato tem atuado para conquistar plano de carreira para os trabalhadores em educação do Paraná: professores e funcionários. A proposta era de um plano unificado. Isto não foi possível. Em 2004 a categoria conquistou o Plano de Carreira para o professor e agora o Plano para os funcionários. A proposta foi debatida e construída democraticamente com a categoria. O Plano que alia formação e valorização profissional trará melhorias salariais e de carreira para estes educadores. A partir de agora, cerca de 15 mil funcionários efetivos das escolas públicas do Paraná terão direito a um plano de cargos e salários, auxílio transporte e gratificações. A aprovação do plano é fruto das mobilizações e da atuação da direção da APP-Sindicato (APP, 2008c, p. 4).

Apesar da grande comemoração, o sindicato traçou novas metas entre as quais, reivindicar o chamamento, a posse dos aprovados e a ampliação de vagas nos concursos de 2005 e 2006, garantir que a lei que instituiu a data-base em 1º de maio fosse respeitada e a ampliação dos programas de formação do estado, principalmente, o Profucionário. Foi anunciado no mês de dezembro a abertura de 200 novas turmas, contemplando seis mil servidores e a convocação de cinco mil agentes de apoio e três mil agentes de execução que seriam reenquadrados de acordo com o novo plano de carreiras (APP, 2008d).

Considerações finais

Ao final de uma apresentação desta temática em um seminário, uma professora da educação básica, após elogiar a temática, comentou que era muito relevante discutir os funcionários das escolas, principalmente sobre o nível de sua formação. Ela relatou que encontrava dificuldades com os funcionários, pois estes não compreendiam a dinâmica do trabalho do professor. Segundo ela, durante a realização de determinada atividade na horta escolar, os alunos acabavam sujando o pátio escolar e isso gerava muita reclamação dos funcionários.

Por questões de tempo e mesmo por falta de uma reflexão mais aprofundada naquele momento não foi dada uma resposta satisfatória a professora. Mas ressaltamos que isto nos deixou apreensivos, pois percebemos que não haviam compreendido o que tentávamos explicar.

Do exemplo citado, podemos extrair alguns posicionamentos interessantes. Em um primeiro momento ela exalta a precariedade de formação dos funcionários que poderia ser um fator que contribuiu para que estes não compreendessem a dinâmica do trabalho docente. Neste ponto, poderíamos até concordar com a professora, é fundamental que todos que trabalhem na escola compreendam e estejam comprometidos com o processo de ensino aprendizagem.

Porém, a contradição está na segunda parte da fala, quando ela exalta que os funcionários reclamavam para limpar a sujeira produzida pelos alunos durante determinada atividade. Por certo,

que entre as funções dos funcionários está a limpeza dos ambientes escolares, entretanto, na fala da professora, em nenhum momento houve a preocupação em entender a dinâmica do trabalho deles, em seu relato ficou claro que não foi explicado aos funcionários o porquê da realização da atividade ou mesmo de tentar entender qual a motivação da não colaboração.

Este exemplo ajuda a ilustrar que, se por um lado, a professora esperava que os funcionários entendessem a dinâmica do trabalho docente, por outro, não procurou compreender a dinâmica do trabalho deles, ou atuar de maneira colaborativa.

Relembro esta história, pois ajuda a exemplificar, o tipo de contradição que aparece em alguns momentos no discurso do sindicato. Em determinado momento, ao mesmo tempo em que defendia a profissionalização e o concurso para a contratação de novos funcionários, lutava pela permanência de pessoas sem a formação adequada e com vínculos precários, numa espécie de corporativismo, sob a justificativa de que aquelas pessoas haviam dedicado uma vida ao trabalho na escola.

O jornal apresenta o funcionário como educador, mas preocupou-se, principalmente, com questões relativas a aprovação de um plano de carreiras, benefícios e salários, deixando em segundo plano as questões relativas a como dar um sentido educativo àquelas funções.

Percebe-se uma dificuldade em estabelecer um “como fazer” o funcionário atuar como educador. Existe o discurso do educador no sentido de o funcionário compreender a função docente e colaborar para eu ocorra o processo de ensino e aprendizagem, mas falta clareza de qual é o sentido educativo de suas funções.

Reafirmamos o mérito da luta sindical, que foi vitoriosa na aprovação de um plano de carreiras, que contribuiu para a valorização dos funcionários, estipulando estímulo financeiro para a escolaridade e a formação continuada, dos agora nomeados agentes educacionais. Concluímos esta discussão, com a compreensão de que é necessário o aprofundamento teórico e empírico sobre o sentido educativo dos funcionários das escolas públicas e suas respectivas funções.

Referências

- ABICALIL, Carlos Augusto. Prefácio. In: MONLEVADE, João. *Funcionários das Escolas Públicas: Educadores Profissionais ou Servidores Descartáveis?* Acorizal: Editora do Autor, 1995, p. 7.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*. Curitiba, Ano XIII, n. 98, mar. 2003a.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*. Curitiba, Ano XIII, n. 99, abr. 2003b.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*. Curitiba, Ano XIII, n. 100, maio 2003c.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*. Curitiba, Ano XIII, n. 101, jul. 2003d.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*: Edição Especial Funcionários da Educação. Curitiba, Ano XIV, ago. 2004a.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*. Curitiba, Ano XIV, n. 108, out. 2004b.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*. Curitiba, Ano XV, n. 110, maio 2005a.

- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*. Curitiba, Ano XV, n. 111, jul. 2005b.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Material para debate*. Curitiba, out. 2005c.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*. Curitiba, Ano XV, n. 114, maio 2005d.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*: Edição Pedagógica. Curitiba, jan. 2006a.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Carta aos pais, mães ou responsáveis*. Curitiba, mar. 2006b.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*. Curitiba, ano XVI, n. 118, ago. 2006c.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*: Edição Pedagógica. Curitiba, fev. 2007a.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*. Curitiba, ago. 2007b.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*. Curitiba, ano XVI, n. 127, out./nov. 2007c.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*. Curitiba, ano XVI, n. 128, dez. 2007d.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*. Curitiba, ano XVI, n. 131, mar./abr. 2008a.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*: Edição Especial – Funcionários da Escola. Curitiba, ano XVI, n. 136, set. 2008b.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*. Curitiba, ano XVII, n. 137, ago./set. 2008c.
- APP, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Paraná. *Jornal 30 de Agosto*. Curitiba, ano XVII, n. 139, dez. 2008d.
- CNTE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em educação. *Jornal Mural*: CNTE Notícias. Brasília, maio/jun. 2004.
- MICHAELIS. *Dicionário*. Editora Melhoramentos, 2016. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- MONLEVADE, João. *Funcionários das Escolas Públicas: Educadores Profissionais ou Servidores Descartáveis?* Acorizal, MT: Editora do Autor, 1995.
- _____. *Profissionalização e terceirização? O futuro dos funcionários de educação à luz das conquistas e desafios do presente*. Brasília: Edição do autor, 2014.
- NORONHA, Maria Izabel Azevedo. Diretrizes de Carreira e Área 21: história e perspectivas. *Revista Retratos da Escola*, v. 3, n. 5, p. 339-352, jul./dez. 2009.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Resolução n. 3966*. Curitiba, 19 set. 2007.
- PARANÁ. *Lei Complementar n. 123 de 09 de setembro de 2008*. Curitiba, 9 set. 2008a.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Plano de Cargos e salários dos funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná*. Curitiba: SEED, 2008b.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Resolução 4.534*. Curitiba, 31 out. 2011.
- RASIA, José Miguel. Pedagogia e educação ou de como falar sobre o óbvio. In: PINO, Ivany Rodrigues (Org.). *A formação do educador em debate*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 9-27.
- VIEIRA, Juçara Dutra. Apresentação. In: *Cadernos de Educação*. Funcionários de escola: identidade e compromisso. Brasília, ano XII, n. 18, p. 9-16, jul. 2007.

Recebido em: jul. 2017.

Aceito em: maio 2018.

Everton Josimar de Oliveira: Mestre em educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Agente Educacional II do Colégio Estadual Rancho Alegre (E.F.M.). E-mail: evertonoliveira1312@gmail.com

João Carlos da Silva: Pós-Doutor pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutor em Educação pela Faculdade de educação/UNICAMP. Docente associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Cascavel. E-mail: joao.silva@unioeste.br